



049 15 / 82

## PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSOS Nº: **0121731-2/04**  
EMBARGANTE(S): **EDIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO E OUTROS**  
EMBARGADO(S): **JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS INDISPENSÁVEIS - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS - CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO - MULTA - DECISÃO UNÂNIME.**

- 5490
- O Julgador não é obrigado a examinar todos os dispositivos indicados pelo Recorrente, nem a responder um a um todos os argumentos invocados, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes do STJ.
  - Ausentes os pressupostos indispensáveis enumerados no art. 535 do Código de Processo Civil - CPC, apenas cabe rejeitar os embargos de declaração.
  - O caráter manifestamente protetatório deste segundo embargos de declaração enseja a aplicação de multa aos Embargantes, no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, consoante preconiza o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil - CPC.
  - Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor atribuído à causa, à unanimidade de votos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** de nº 0121731-2/04, opostos por **EDIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO E OUTROS** contra o **JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - TJPE, por decisão unânime, em rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor atribuído à causa, na conformidade do relatório, das notas taquigráficas e dos votos que passam a integrar este julgado.

Recife, 18/12/2009

Desembargador **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



050  
26  
88

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSOS Nº: **0121731-2/04**  
EMBARGANTE(S): **EDIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO E OUTROS**  
EMBARGADO(S): **JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO:**

**EDIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO E OUTROS** interpuseram os presentes embargos de declaração (fls. 02/05), sustentando omissão no acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo de nº 121731-2/02 (fls. 18/22) e que não foi sanada pelo julgamento dos embargos de declaração de nº 121731-2/03 (fls. 15/17), restando "**inconclusa a prestação jurisdicional**" (fls. 03), tudo com o escopo de permitir eventual manejo do recurso especial ou extraordinário.

É o importante a relatar.

Recife,

18/12/2005

**Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



052  
17  
80

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSOS Nº: **0121731-2/04**  
EMBARGANTE(S): **EDIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO E OUTROS**  
EMBARGADO(S): **JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO:**

Como já destacado nos embargos de declaração nº 121731-2/03 (fls. 15/17), a omissão levantada não se encontra presente no acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo de nº 121731-2/02 (fls.18/22).

Com efeito, a insatisfação dos Embargantes não reside na necessidade de apreciação de todas as suas teses, mas sim, inequivocamente, na conclusão do Tribunal, que foi oposta aos seus interesses.

Todavia, os embargos de declaração não se constituem instrumento processual adequado para a rediscussão da matéria já apreciada, vale dizer: exigir que o Tribunal de Justiça se pronuncie, novamente, sobre todos os argumentos levantados pela parte, implicaria num autêntico reexame da matéria julgada, o que não se coaduna com o objetivo dos embargos de declaração, na linha do que prescreve o art. 535 do Código de Processo Civil - CPC.

Ademais, na linha do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça - STJ, **"o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão"** (dentre outros: Embargos de Declaração no Recurso Especial - Edcl no REsp nº 856315/SC, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 16.10.2009).

O caráter manifestamente protelatório deste segundo embargos de declaração, na linha do Guardião da Legislação Federal (dentre outros: Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento - EDcl no AgRg no REsp nº 1123127/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 20.11.2009), enseja a aplicação da multa aos Embargantes, no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, consoante preconiza o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil - CPC.



052  
18  
80

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Com essas considerações e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, voto no sentido de **REJEITAR** os presentes embargos de declaração, com aplicação da multa de 1% (um por cento) sobre o valor atribuído à causa aos Embargantes.

*É como voto.*

Recife,

18/12/2009

Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator